

A FORMAÇÃO DE ARQUIVISTAS NO QUADRO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE DO PORTO¹

MARIA MANUELA GOMES AZEVEDO PINTO

Faculdade de Letras Universidade do Porto

mmpinto@letras.up.pt

Resumo. Num contexto de mudança e em plena Sociedade da Informação, pretende-se com esta comunicação analisar sinteticamente o percurso efectuado no âmbito da formação dos arquivistas, colocando em confronto dois paradigmas: o paradigma dominante da Arquivística, herdeiro das concepções e do modelo gerado pela Revolução Francesa e o novo paradigma emergente por força das condições sociais, económicas, culturais e tecnológicas da Sociedade da Informação, no qual a Arquivística é entendida como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação, apresentando-se a *Informação* como objecto de estudo desta emergente área do conhecimento cujo campo uno e transdisciplinar convoca, naturalmente, outras disciplinas numa clara e fecunda interdisciplinaridade.

Este posicionamento permitiu estruturar um novo modelo de formação científico-profissional cujo caso de aplicação é aqui apresentado através do *Curso de Licenciatura em Ciência da Informação*, ministrado conjuntamente pela Faculdade de Letras e pela Faculdade de Engenharia, da Universidade do Porto, iniciado em Outubro de 2001, e que, no presente ano, vê entrar no mercado de trabalho os seus primeiros licenciados.

Palavras-chave: Formação profissional / Ciência da Informação

¹ Este texto baseia-se na reflexão e percurso já efectuado no âmbito da criação e operacionalização do curso de Licenciatura em Ciência da Informação ministrado pela Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. É de salientar a síntese teórica plasmada na publicação intitulada *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, elaborada em resultado da reflexão levada a cabo por um grupo informal constituído a convite do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do qual faziam parte: Anabela Lapa, Armando Malheiro da Silva, Elisa Cerveira, Fernanda Ribeiro, João Álvaro Carvalho, João Leite e Maria Manuel Borges. Para uma abordagem mais detalhada ver também os artigos da autoria de RIBEIRO, Fernanda - *Archival Science and changes in the paradigm. Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. 1:3 (2001) 295-310; O desafio da formação profissional : novo paradigma, novo modelo formativo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS; BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, São Paulo, 2002 - *Integrar : textos*. Org. FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo : Imprensa Oficial, 2002. p. 419-440 e, ainda, o já referido *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). 174 p. (este último em co-autoria com Armando Malheiro da Silva).

The profession concerned, that of library and information services (LIS), still fulfils its fundamental mission. That is, it is responsible for finding (and knowing how to find) information of professional use, treating this information in order to increase its quality, managing it and making it easily accessible, as well as transmitting the information to those who need it, be they users or clients.

However, even if its mission is still the same, the means to fulfil it have rapidly evolved. New and ever more proficient technologies which have invaded the work environment are also available to professionals in LIS. The risk is, in fact, that the attention given to these necessary technological innovations will undermine the reason for the existence of LIS and what it should accentuate: the informational content of documents, reports, theses, etc. At the same time, the profession is under pressure and obliged to evolve due to the increased level of social demand. Information has become an indispensable commodity to the development of any modern society, and thus, a sought after and exploited commodity. It has powerful stakes even before the advent of the information society that we speak of so often.

In Euroguide LIS²

Continuity of the digital heritage is fundamental. To preserve digital heritage, measures will need to be taken throughout the digital information life cycle, from creation to access. Long-term preservation of digital heritage begins with the design of reliable systems and procedures which will produce authentic and stable digital objects.

In UNESCO - Charter on the Preservation of the Digital Heritage³

Archives constitute the memory of nations and of societies, shape their identity, and are a cornerstone of the information society. By providing evidence of human actions and transactions, archives support administration and underlie the rights of individuals, organisations and states.

In ICA – International Council of Archives⁴

² <http://www.certidoc.net/en/euref1-english.pdf>

³ http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=13366&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

⁴ <http://www.ica.org>

1. A mudança de paradigma

O termo “mudança” não significa que esteja aqui em causa uma alteração profunda no que concerne à abordagem dos arquivos e da actuação dos profissionais que neles têm o seu objecto de trabalho. Na verdade, trata-se de “prosseguir a fundamental missão” destes profissionais, retomando posicionamentos que, de uma forma natural, sempre estiveram associados aos arquivos e à sua constituição, dotando-os, contudo, do suporte epistemológico indispensável numa época em que se assume que os arquivos *“are a cornerstone of the information society”*. Conforme referência supra, a *“Information has become an indispensable commodity to the development of any modern society, and thus, a sought after and exploited commodity”*, constituindo o controlo do seu *“life cycle, from creation to access”*, uma premissa incontornável para estes profissionais e com raízes no próprio acto de criação de memória, decorra ele no contexto da Sociedade da Informação ou nas remotas civilizações Pré-Clássicas.

1.1. O paradigma dominante na arquivística

Porquê então a mudança de paradigma?

Se analisarmos os últimos séculos da história dos “arquivos” é-nos possível encontrar três “fases” fundamentais:

Fase 1 – cronologicamente demarcada pela Revolução Francesa (1789) e os finais do século XIX. Nesta fase ressalta a influência da Revolução Francesa e da sua política arquivística nos restantes países da Europa e em especial em Portugal, configurando-se uma Arquivologia – ciência auxiliar da História – com o apontar, nos finais do século XIX, para a emergência de uma Arquivística.

Fase 2 – situando-se entre os finais do séc. XIX (1898) e os finais do século XX, nela é patente o predomínio da vertente técnica. A Arquivística assume-se como disciplina, contudo, vão surgindo os sinais de mudança para o novo paradigma científico-informacional ao qual não é alheio o período pós 2ª Guerra Mundial e a emergência da Sociedade da Informação;

Fase 3 – inicia-se em finais do séc. XX e configura um ponto de viragem no qual se afirma a Arquivística como disciplina aplicada da Ciência da Informação.

Reportando-nos à primeira fase, constatamos que, se a Revolução Francesa (1789) constituiu um marco indiscutível para a história da Humanidade, também o foi no que concerne à “visão dos arquivos”, o que nos permitirá configurar o “modelo francês” sustentado na emergência do Estado-Nação e na necessidade da sua legitimação, bem como da defesa da memória para a História Nacional de onde decorrerá a criação dos *Archives Nationales* - depósito central para toda a República - e a crescente necessidade de formação do Arqui-

vista-Paleógrafo e do Bibliotecário erudito pela *École National des Chartes* (criada em Paris em 1821).

Das vicissitudes subsequentes, nomeadamente da “era” napoleónica e das consequentes incorporações em massa de documentos provenientes não só do território francês (não esquecer a anterior nacionalização e desarticulação dos acervos com a distinção entre o que era indispensável para a administração e o que conservava mero interesse histórico-cultural), mas também dos países ocupados, convém destacar o aparecimento da noção de “Fundo”, um conceito pragmático formulado por Natalis de Wailly (1841) e que visava a “parcial” reposição da unidade que a directa associação à entidade produtora da informação conferia, naturalmente, ao acervo por ela produzido.

Se a estes factores associarmos um contexto histórico marcado pelo desenvolvimento da ciência histórica e pelo Positivismo, com a consequente transformação dos arquivos em “laboratórios da História”, o aparecimento da “sala de consulta” e a afirmação do perfil do arquivista-paleógrafo, temos aqui configurado e consagrado o paradigma custodial, historicista e patrimonialista que vigorará ao longo dos séculos XIX e XX, sobretudo nos países sob a influência do já referido “modelo francês”.

A publicação do célebre “Manual dos Arquivistas Holandeses” (1898) marca a entrada da Arquivística numa nova fase – inicia-se a vulgarização do termo Arquivística enquanto corpo de saber especializado –, em que se acentua a vertente técnica da disciplina e se enceta uma autonomização face à História. Este quadro beneficiará das conjunturas históricas que antecedem e medeiam as duas Guerras Mundiais, em que o exponencial crescimento das massas documentais acumuladas e a urgência em valorizar os documentos das administrações criam uma dicotomia entre os “Arquivos Correntes” e os “Arquivos Históricos”, opondo de forma artificial duas áreas profissionais – a do *records manager*, que surge na década de 40 do século XX no universo anglo-saxónico, e a do *archivist*, mais conotado com o modelo francês –, apesar de lidarem com o mesmo objecto de estudo e de trabalho, reforçando-se, ainda, a incidência nos “procedimentos” práticos destinados a recolher, tratar/conservar e difundir a documentação produzida.

Esta espécie de autonomia como área de trabalho específica e a especialização profissional do arquivista, não obstarão a que a “revolução” encetada pelos desenvolvimentos tecnológicos, geradores de novos meios de comunicação e de novos suportes da informação, enuncie a emergência de novos e prementes desafios aos quais só um novo paradigma permitirá encontrar a resposta. Esta passará, inevitavelmente, pelo abandono deste modelo que, ainda hoje, influencia muitos profissionais, exigindo uma alteração radical dos modelos formativos e dos conteúdos curriculares.

À formação de arquivistas e bibliotecários que começou por ser obtida nas instituições/serviços através do exercício prático quotidiano e que, a partir do séc. XIX, ocorre em escolas do tipo *École Nationale des Chartes*, com uma forte matriz historicista, que espelhava o modelo implantado após a Revolução Francesa, nomeadamente com a formação dos arquivis-

tas-paleógrafos e dos bibliotecários, a partir de 1846, sucedeu-se uma formação conferida pelas associações profissionais (AAF - *Association des Archivistes Français*, ABF - *Association des Bibliothécaires Français*, SAA - *Society of American Archivists*), sendo de destacar a criação do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895 na Europa, com a afirmação da área da “documentação”, bem como do maior incremento do associativismo e da formação – inicial ou contínua – ministrada pelas associações profissionais.

Todavia, surge já, em finais do século XIX, a formação ministrada nas universidades, nomeadamente na Universidade de Bolonha e Universidade de Macerata, na maior parte dos casos limitando-se a uma disciplina, por exemplo, do curso de história. Só na década de 40 se considera o ensino universitário institucionalizado, quer nos EUA, quer na Europa, surgindo, nos anos 60, programas de estudos em Ciência da Informação (alguns integrados em escolas de Biblioteconomia). Esta é uma nova área de interesses científicos e profissionais cuja visibilidade se torna crescente após a Conferência Internacional de Washington de 1958, estando claramente implantada enquanto área disciplinar na formação académica nos anos 70, centrando-se os interesses dos cientistas da informação nos problemas ligados à produção/recolha, organização/uso e difusão da informação.

No que concerne à sua relação com as “áreas tradicionais”, a afirmação da C. I. faz-se com os bibliotecários e os documentalistas, mas deixa de lado os arquivistas⁵ (esta separação foi acentuada após a criação do CIA - *Conseil International des Archives*, em 1950), assistindo-se nos EUA a uma progressiva integração do ensino da Arquivística nas escolas de Biblioteconomia e C. I., por uma questão de logística e de racionalização de recursos e não em resultado de uma fundamentação teórica e epistemológica.

Depois de 1974 desencadeia-se um movimento em favor da harmonização das formações, apoiado pela UNESCO, IFLA – *International Federation of Library Associations*, FID - *International Federation for Information and Documentation* e CIA.

Apesar dos esforços internacionais em prol da harmonização, não houve efeitos práticos relevantes. No caso da Arquivística, a tendência para a harmonização atenuou-se em finais da década de 80 e surgiu mesmo uma “corrente” defensora da autonomia disciplinar e da procura de uma identidade profissional específica.

5 Atente-se na definição de C.I. formulada por Harold Borko e citada por SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). pp. 53-54 “*Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação tanto no sistema natural, como no artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (...) a biblioteconomia e a documentação são aspectos aplicados da ciência da informação.*”

1.2. A mudança de paradigma e a construção da C. I.

Como referimos, a “explosão da informação” e o conseqüente aumento de pessoas interessadas em usar e desenvolver informação científica e técnica através da utilização de meios informáticos faz com que a transferência da informação se torne parte inseparável da investigação e do desenvolvimento levando à cada vez maior sofisticação dos sistemas e dispositivos de armazenamento e processamento, única possibilidade para organizar e tratar grandes massas documentais.

O acelerado desenvolvimento tecnológico faz surgir novos suportes da informação, novos meios de comunicação, para além da já mencionada maior produção documental, permitindo a realização de variadíssimas operações sobre a informação, a generalização dos meios de manipulação, transferência e difusão da informação, contribuindo decisivamente para a crescente especificidade da informação, a ponto de, actualmente, esta se constituir como objecto de estudo de várias ciências.

A informação emerge como um fenómeno inscrito na realidade humana e social, abrangendo um vasto leque de facetas como a político-administrativa, a cultural e a científica, e assume uma dimensão que ultrapassa a tradicional visão documentalista, que considera, apenas, a informação registada (documental), como objecto de trabalho e de estudo de algumas ciências, apelidadas de documentais, em que se incluem a Arquivística e a Biblioteconomia. Naturalmente que a informação tende a ser materializada, para mais facilmente poder ser conservada, trocada e difundida. Contudo, a materialização não acrescenta nada de essencial à informação que já era (já existia como objecto conceptual, antes de se tornar objecto material); não a transforma em algo essencialmente diferente pelo facto de ser agregada a um suporte que a coisifica. Se definirmos Informação como um *“conjunto estruturado de representações mentais codifi-cadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e/ou comunicadas em tempos e em espaços diferentes”*, somos obrigados a rever criticamente a noção de documento.

Ora, são múltiplas as conseqüências teórico-práticas da definição de Informação e da crítica à noção de Documento afectando directamente a profissão de Arquivista, que não pode continuar a ser aquele que conserva e arruma papéis ou documentos ao serviço dos investigadores, para se assumir sobretudo como o estruturador e “gestor” da Informação em qualquer contexto orgânico produtor de fluxo informacional, recolocando o enfoque também no criador/produtor que, no decurso da sua actividade, produz/recebe, acumula e usa informação e não esquecendo que a informação que este gera e recebe reflecte por inteiro a sua natureza e objectivos.

Concretizando no actual contexto da Sociedade da Informação, vemos que as entidades, sejam elas públicas ou privadas, individuais ou colectiva, são confrontadas com necessidades como:

- implementar estratégias de e-governement ;
- descentralizar as suas actividades e os postos de trabalho/atendimento;
- racionalizar/redesenhar processos e distribuir actividades e tarefas de forma consistente e equitativa;
- controlar os custos;
- documentar as políticas, decisões, acções e resultados de todas as partes envolvidas;
- eliminar a redundância de informação;
- conceber e gerir um sistema de informação no qual suportes analógicos e digitais tendem a coabitar;
- garantir um maior controlo da autenticidade, integridade e fiabilidade das transacções e do sistema de informação;
- aumentar o controlo do acesso ao sistema de informação;
- cumprir os requisitos normativos e legais;
- proteger os interesses e direitos da organização, dos colaboradores, dos clientes/cidadãos e demais agentes;
- prevenir situações de emergência ou desastre;
- assegurar o uso da informação, em qualquer suporte, a médio e longo prazo;
- prestar um serviço de qualidade;
- preservar a memória institucional.

A estas necessidades associemos uma realidade em que as plataformas tecnológicas (hardware e software) e a utilização dos meios digitais vêm possibilitar a desejada interacção das organizações com as entidades governamentais, destas com os cidadãos e demais agentes, bem como dos indivíduos entre si, tudo sem limitações físicas ou fronteiras, assegurando, ainda, o funcionamento das organizações de uma forma que se pretende cada vez mais eficiente e eficaz.

Este enunciado conduz-nos inevitavelmente para os problemas que se colocam ao profissional que já se encontra actualmente confrontado com uma realidade que envolve a gestão da plataforma tecnológica de informação e comunicação, a gestão dos recursos de informação e a gestão do ciclo de vida da informação e actividades subjacentes, e que sente como essencial a necessária interligação de tudo isto com a organização e a sua dinâmica evolutiva, dado o enfoque que, de forma generalizada, se coloca na premência do apetrechamento tecnológico em detrimento de todas as restantes variáveis e que redundam em situações como:

- a falta de planificação do “sistema de informação”;
- a inexistência de integração;
- a não identificação das necessidades de informação;
- a existência de informação redundante;

- a não avaliação da informação;
- a dispersão da informação por variados suportes;
- a não aplicação de normalização;
- a perda de produtividade;
- o aumento desnecessário dos custos de manutenção e de transferência de suporte;
- a possibilidade de não cumprimento dos imperativos legais;
- a dificuldade em implementar um sistema de garantia da qualidade;
- o uso da informação não direccionado à estratégia da organização;
- o não cumprimento da missão e objectivos da organização.

O profissional a formar deverá estar apto, por exemplo, a:

- planejar estrategicamente a tecnologia, a sua capacidade, performance, longevidade, compatibilidade, standards ...;
- planejar estrategicamente a produção de informação, incluindo os standards de formatos de dados, as metodologias de exportação/importação bem como de acesso e preservação da informação a longo termo, a sua avaliação, classificação, descrição...;
- planejar a administração do sistema, os sistemas de segurança, o acesso multinível e através de diferentes meios (local, distribuído, VPN - Virtual Network Access, Internet) e suportes, o controle e avaliação de tempos de acesso e recuperação da informação;
- conhecer, avaliar e planejar a estrutura produtora de informação/actores, os processos de negócio/produção de informação, os consumidores/clientes, o ambiente interno e externo da organização.

Deve, ainda, estar consciente que o real desafio colocado às organizações é muito abrangente, implica o reequacionamento da estrutura organizacional, dos modelos de gestão, dos processos organizacionais, dos recursos utilizados e, como não poderia deixar de ser, da própria cultura organizacional. De facto, o elemento caracterizador da nossa Sociedade – a Informação – é o produto da acção humana (organizacional) em Sociedade, reflexo das condições estruturais, sejam elas políticas, técnicas, económicas, ou culturais, nas quais essa acção se desenvolve a fim de concretizar os diferentes objectivos. Ela é moldada pela estrutura produtora, depende dos processos que a produzem, tem que ser relacionada com os meios operativos e considerada na interacção sistémica inerente ao processo informacional e histórico.

A informação, enquanto fenómeno e processo, impõe-se “às” e “nas” organizações. A sua “gestão” envolve toda a organização e os seus colaboradores, acompanha o dia a dia da organização e abarca todo o ciclo de vida da informação desde o planeamento, à criação, fluxo, avaliação, classificação, até ao armazenamento, preservação e disponibilização. Está cada vez mais relacionada com a Gestão da Qualidade, com o planeamento estratégico, tático e

operacional das empresas e demais entidades, com os processos organizacionais, sejam eles de gestão, de produção ou de implementação de tecnologias.

No nosso percurso profissional constatámos a indiscutível importância da gestão da informação para as organizações com que colaborámos, assim como ficou patente que “a sua efectivação não se poderia reduzir à aplicação aleatória de metodologias de gestão, de gestão de sistemas informáticos e de gestão de recursos informacionais, sendo também impossível manter a tradicional “compartimentação” documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de arquivo, serviço de biblioteca, sistema informático), um critério superficial e que não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade) de informação. Uma “praxis” sem um corpo teórico que lhe conferisse sustentabilidade corria o risco de constituir um somatório de acções avulsas insuficientes para responder cabalmente aos complexos desafios da Era Digital”⁶.

Só uma perspectiva unitária, que anule as separações artificiais entre as “opções” Arquivo e Biblioteconomia e Documentação e que faça a síntese com a área dos Sistemas (Tecnológicos) de Informação, abarcando na *Estrutura Curricular* uma área científica nuclear - Ciência da Informação - e áreas complementares (interdisciplinaridade) como as Ciências Sociais e Humanas / Informática e Computação / Administração e Gestão, poderá responder a todas estas solicitações, nunca esquecendo que este é um exercício profissional que convocará, dia após dia, parcerias com os especialistas destas áreas também presentes na organização.

6 Para uma abordagem mais detalhada do cf. : PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – O novo paradigma da Arquivística : um estudo de caso. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS INFORMAÇÃO, 7, Porto, 2001 – *O desafio do futuro*. Porto : Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 2001; *Idem* – Gestão integrada do Sistema de Informação Municipal. *Páginas a&b: arquivos & bibliotecas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b. ISSN 0873-5670. 12 (2003) 91-109; *Idem* – Modernização administrativa e qualidade: uma ferramenta chamada CAF. *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação*. Lisboa: BAD- Associação Portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e Documentalistas. ISSN 0007-9421. 2 (2004) 66-77; e PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da - Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações. In CONTESE-INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 2, São Paulo, 2005. S. Paulo: Universidade de S. Paulo, 2005.

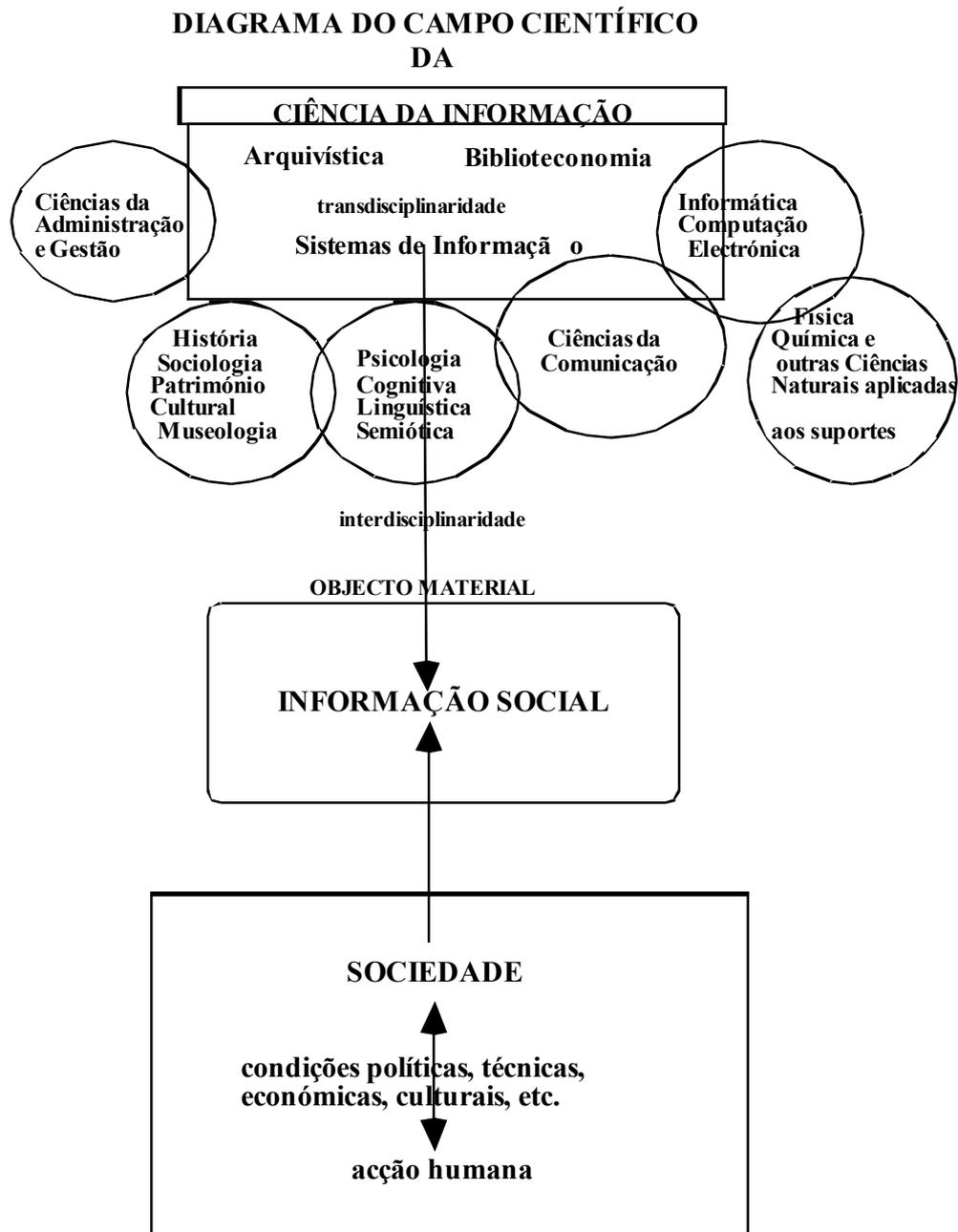


Fig. 1 – Diagrama do Campo Científico da Ciência da Informação⁷

⁷ Cf. SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). p. 80.

2. Um Novo Modelo Formativo: o caso da Licenciatura em C. I. da Universidade do Porto

Assumida uma nova perspectiva epistemológica, sustentada no paradigma científico-informacional, foi a mesma plasmada num modelo de formação científico-profissional que incluía a valência unitária ou core essencial da Ciência da Informação e, simultaneamente, preservava os contributos pluri e interdisciplinares indispensáveis ao perfil do profissional da informação do século XXI.

Este modelo foi concretizado através do caso do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação (LCI), criado na Universidade do Porto em 2001 e que vê no presente ano formados os primeiros licenciados.

O seu plano de estudos (ver Anexo 1) é o resultado da reflexão teórica e epistemológica levada a cabo precisamente para dar fundamento à revisão curricular que desde há muito se fazia sentir como necessária, uma vez que o Curso de Especialização em Ciências Documentais, em vigor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 1985, apresentava lacunas, inconsistências teóricas e desajustamentos notórios para responder aos desafios da Sociedade da Informação em que os profissionais nele formados se têm de inserir.

No que concerne à estrutura curricular, e como referiu Fernanda Ribeiro:

“o design curricular ... visa, antes de mais, anular as separações artificiais que se verificam na formação em vigor em Portugal, através de ‘opções’ de Arquivo e de Biblioteca e Documentação, em que, por exemplo, operações de representação da informação (como a descrição ou a classificação) são espartilhadas por disciplinas distintas consoante se trate dos arquivos ou das bibliotecas. Sem uma base epistemológica e teórica consistente, a afirmação de uma pseudo-identidade destas várias disciplinas é um logro que conduzirá, forçosamente, os profissionais para um caminho sem retorno. O tecnicismo apurado dificilmente sobreviverá sem o suporte de um conhecimento adequado do fenómeno informacional que socialmente nos envolve. Em alternativa aos cursos especializados em Arquivística ou Information Science, nos últimos anos, algumas escolas que enveredaram por uma formação mais integrada/harmonizada fizeram-no com o propósito de formar uma “nova” categoria de profissionais — os chamados gestores de informação. A verdade, porém, é que tal modelo também não conseguiu superar o paradigma tecnicista e documental que enfatiza a função serviço e todos os procedimentos inerentes ao acesso à informação, em detrimento de um conhecimento científico da própria informação. A perspectiva unitária que defendemos procura também fazer a síntese com a área dos chamados Sistemas (Tecnológicos) de Informação (SI), que vem ensaiando uma progressiva autonomização face à Informática e Computação tradicionais, tendo como campo de trabalho e profissionalização as Organizações em geral. Debruçando-se sobre o mesmo objecto de estudo — a Informação — que os arquivistas e os bibliotecários, os peritos em SI adquirem a sua formação em escolas de Engenharia

ou de Gestão, num divórcio total face aos seus “irmãos” ditos da Documentação e geralmente treinados em cursos de pendor humanístico. O afastamento decorrente do percurso trilhado por uns e outros no passado traduz-se, hoje, num défice de formação de cada uma das partes: os especialistas em SI, com preocupações essencialmente pragmáticas e embuídos de um forte empirismo, centram-se quase exclusivamente nos fluxos da informação e no design de bases de dados e de outros sistemas de armazenamento e recuperação da informação, adequados à realidade das Organizações, aspectos que apenas contemplam uma parcela do fenómeno/processo informacional; os especialistas da Documentação (sejam eles arquivistas, bibliotecários ou gestores de informação) debruçam-se sobre os aspectos técnicos da organização e representação da informação (vulgo Tratamento Documental) e os consequentes procedimentos propiciadores da difusão e do acesso à mesma, mas sentem uma grave lacuna na sua formação, no que respeita ao conhecimento, uso e domínio das tecnologias que são cada vez mais indissociáveis da própria Informação.”⁸

A adopção de um modelo teórico e epistemologicamente sustentado – reflexão desenvolvida a montante para a estruturação curricular do curso - permitiu congregar em torno da área científica nuclear – a da Ciência da Informação – um conjunto de disciplinas que, por um lado, asseguram uma componente teórica e metodológica una e, por outro, contemplam as vertentes aplicadas desta área do saber, com as suas especificidades particulares.

Nesta perspectiva, as matérias relativas à teoria e metodologias de investigação, à análise de sistemas, aos aspectos (técnicos) mais diversos de organização e representação da informação, ao armazenamento e recuperação, ao comportamento informacional, à própria Sociedade da Informação surgem, naturalmente, concentradas em disciplinas nucleares e obrigatórias. A par delas, mas ainda dentro da mesma área científica, não deixam de existir disciplinas que atentam nas especificidades dos diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas tecnológicos de recuperação da informação), direccionadas, por isso, para as componentes aplicadas da própria Ciência da Informação. O estudo da evolução dos Sistemas de Informação Arquivo e Biblioteca, diferenciados, à luz da teoria sistémica, pelo seu carácter organizado ou operatório (caso dos Arquivos e das Bibliotecas Especializadas) ou pelo seu carácter combinatório (de que são exemplo as Bibliotecas Públicas) é indispensável ao conhecimento dos diferentes tipos de sistemas e das respectivas especificidades.

O apelo à interdisciplinaridade também se projecta no plano curricular mediante a presença de disciplinas variadas, com carácter de obrigatoriedade umas, de opção outras, mas sempre complementando as matérias da área científica nuclear, como, por exemplo, e

⁸ RIBEIRO, Fernanda - O desafio da formação profissional : novo paradigma, novo modelo formativo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS; BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, São Paulo, 2002 - *Integrar : textos*. Org. FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 419-440

evocando exactamente a “relação ancestral” com as Ciências Sociais e Humanas, é imprescindível o conhecimento histórico das instituições (em particular as da administração pública, central e municipal) e das práticas culturais, o apoio instrumental da Paleografia e da Diplomática, o contributo da Filosofia em matérias como a Epistemologia e a Lógica, o uso instrumental da língua e a Linguística como elementos fundamentais da comunicação, a vertente sociológica relacionada com as Organizações; ou ainda, da área da Informática e da Computação, é essencial o estudo das redes e sistemas computacionais, e em particular o domínio de ferramentas operativas básicas (proprietárias e não proprietárias); a relação com as ciências da Administração e da Gestão, englobando um espectro largo que inclui o Direito, manifesta-se pela presença de cadeiras de Gestão e de Contabilidade, de Direito Administrativo e Direito da Informação.

Estando cumprida, em termos práticos, a formação de base, ao nível da licenciatura, foi pensado o seu aprofundamento através de cursos de pós-graduação (mestrado e doutoramento) – dado que a pluralidade de saberes envolvidos no modelo formativo apresentado dificilmente seria compatível com cursos de curta duração destinados a fornecer uma formação inicial. Todavia, a subscrição da “Declaração de Bolonha” por Portugal implicará uma necessária reformulação, que não obstará a que fique patente que a “espessura” científica existente na Ciência da Informação justifique não só os três ciclos de ensino, passíveis de propiciar uma formação profissionalizante com o necessário complemento de aplicações práticas (estágios), como, também, o desenvolvimento da vertente de investigação, indispensável à formação dos próprios formadores e à consolidação científica desta área do saber, convocando, adicionalmente, um esforço de uniformização de âmbito europeu em torno da até agora designada área de LIS (*Library and Information Services*)⁹.

Não sendo de esquecer a recente publicação de uma nova versão do *Euro-reférénciel I&D*¹⁰ da *Association des professionnels de l'information et de la documentation* (ADBS), produzido na sequência do Projecto DECIDoc (Desenvolver as EuroCompetências para a Informação e a Documentação), iniciado em 1998 por proposta do *European Council of Information Associations* (ECIA) e apoiado pela Comissão Europeia, no âmbito do Programa Leonardo da Vinci para a promoção da formação profissional, parece-nos pertinente esboçar o enquadramento da estrutura curricular da LCI neste *Referencial* das competências dos profissionais europeus de informação e documentação, cuja versão francesa saiu a público em 1999 e foi transposta para português, pela primeira vez, em 2001.

Criado numa perspectiva europeia e reunindo as associações profissionais deste domínio em nove países europeus, este é um instrumento concebido com o intuito claro de

⁹ A reforma decorrente de “Bolonha” é assumida como uma oportunidade de inovação nos currículos LIS europeus tendo levado à constituição de grupos de trabalho de carácter geral e específico num projecto europeu lançado pela *Royal School of Library and Information Science*, no âmbito do Programa Sócrates, intitulado “*LIS Education in Europe: joint curriculum development and Bologna perspectives*” nos quais participa Fernanda Ribeiro, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Directora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação.

¹⁰ Cf. http://www.incite.pt/worddoc/EuroReferencial_P.pdf

intervir de forma orientadora num sector expansivo e excessivamente heterogéneo, pretendendo apresentar um repertório das competências necessárias ao exercício da profissão de informação e documentação, completado com uma lista das principais aptidões desejáveis. Não obstante o interesse e valia do trabalho realizado, nele está ainda patente a separação já referida entre Bibliotecas e Documentação, por um lado, e Arquivos, por outro, se bem que seja nele especificado o seu direccionamento a profissionais como: *“archivist, librarian, information officer, monitoring specialist, etc.”*.

No que concerne às competências (entendidas como “o conjunto de capacidades necessárias ao exercício de uma actividade profissional e o domínio dos comportamentos necessários”) estas têm como componentes: os Conhecimentos (Saber), o Saber-Fazer e as Aptidões (Saber-Ser - disposições naturais ou adquiridas conducentes a um comportamento e, como tal, condicionantes do desempenho profissional).

Assim, são trinta e três os domínios do conhecimento recenseados, à escala de quatro níveis de desempenho usada para cada um, e vinte as aptidões requeridas para o bom exercício da profissão (distribuídas por seis classes: Relações pessoais, Pesquisa, Análise, Comunicação, Gestão e Organização).

Não sendo este o objecto da nossa comunicação, importará apenas referir que as competências são agrupadas em cinco categorias a saber:

- I – *“The heart of the profession”*, conhecimentos específicos da **Informação e Documentação** (LIS), que se traduzem nas competências próprias do profissional da ID, desde o domínio dos conhecimentos inerentes à pesquisa da informação, ao tratamento material dos documentos, à concepção de produtos e serviços até ao conhecimento do meio profissional e da profissão;
- T – Competências relativas à **Tecnologia**, entendidas como o domínio das ferramentas tecnológicas nas actividades de pesquisa, tratamento, produção e edição de informação;
- C – Competências relativas à **Comunicação** nas vertentes individual, interpessoal e institucional;
- G(M) – Competências relativas à **Gestão** e à **Organização** entendidas, essencialmente, como o domínio de técnicas de planificação, implementação e avaliação de projecto;
- S – Outros conhecimentos científicos.

Procurando interpretar o plano curricular da LCI à luz do *Euro-référenciel I&D* poderemos constatar que este cobre todas as competências mencionadas, conforme tabela que seguidamente apresentamos, as quais se encontram desde logo enunciadas na especificação das áreas científicas nucleares e das áreas científicas complementares da licenciatura.

Ano/Sem	Cod	Disciplina	Competências
1º ano- 1º sem	CI005	Fundamentos de Gestão	M
1º ano- 1º sem	CI003	História da Cultura I	I; S
1º ano- 1º sem	CI001	Informática Básica	T; C;
1º ano- 1º sem	CI002	Lógica	I; S
1º ano- 1º sem	CI004	Metodologia da Investigação	I
1º ano- 2º sem	CI008	História da Cultura II	I; S
1º ano- 2º sem	CI009	Linguística	I; S
1º ano- 2º sem	CI006	Sistemas computacionais e de comunicação	I; T; C
1º ano- 2º sem	CI010	Sociologia das Organizações	I; M; S
1º ano- 2º sem	CI007	Técnicas de Expressão e Comunicação	I; C
2º ano- 1º sem	CI012	Gestão da Informação	I; M
2º ano- 1º sem	CI014	História da Administração Pública I	I; M; S
2º ano- 1º sem	CI015	Informação para a Internet	I; T; C
2º ano- 1º sem	CI013	Sistemas de Arquivo e de Biblioteca	I; M
2º ano- 1º sem	CI011	Teoria e Metodologia da Ciência da Informação	I; T; C; M
2º ano- 2º sem	CI017	Comportamento Informacional	I; T; M
2º ano- 2º sem	CI020	Direito Administrativo	I; M; S
2º ano- 2º sem	CI019	História da Administração Pública II	I; M; S
2º ano- 2º sem	CI016	Organização e representação da Informação I	I
2º ano- 2º sem	CI018	Paleografia	S

Ano/Sem	Cod	Disciplina	Competências
3º ano- 1º sem	CI022	Análise de Sistemas de Informação I	I; T
3º ano- 1º sem	CI021	Armazenamento e Recuperação da Informação I	I; T
3º ano- 1º sem	CI024	Fontes de Informação e Serviços de Referência	I
3º ano- 1º sem	CI023	Organização e representação da Informação II	I
3º ano- 2º sem	CI026	Análise de Sistemas de Informação II	I
3º ano- 2º sem	CI025	Armazenamento e Recuperação da Informação II	I; T
3º ano- 2º sem	CI027	Gestão de Serviços de Informação	I; T; C; M
3º ano- 2º sem	CI028	Sistemas de Apoio à Decisão	I; T; M
3º ano- 2º sem - OP	CI036	Bases de dados	I; T; C
3º ano- 2º sem - OP	CI037	Bibliotecas Públicas	I; M
4º ano- 1º sem	CI032	Ação Cultural e Educativa	I; M
4º ano- 1º sem	CI031	Bibliotecas e Arquivos Digitais	I; T; C
4º ano- 1º sem	CI029	Direito de Informação	I; S
4º ano- 1º sem	CI030	Sociedade da Informação	I; S
3º e 4º ano- 1º sem - OP	CI035	Tecnologia Multimédia	I; T; C
3º e 4º ano- 1º sem - OP	CI038	Preservação e Conservação	I; T; M
3º e 4º ano- 1º sem - OP	CI039	Inglês Técnico	I; C
3º e 4º ano- 1º sem - OP	CI040	História do Livro	I; S
3º e 4º ano- 1º sem - OP	CI041	Psicologia Cognitiva, Motivação e Aprendizagem	I; C; M; S
4º ano- 2º sem	CI033	Estágio	I; T; C; M; S
4º ano- 2º sem	CI034	Seminário	I; T; C; M; S

A ampla cobertura do cumprimento do enunciado no *Euro-reférenciel I&D* que esta tabela nos faz antever, foi amplamente reconhecida no período de estágio, quer no que concerne às entidades acolhedoras de estágios, quer aos temas abordados como se pode constatar nos gráficos 1 e 2:

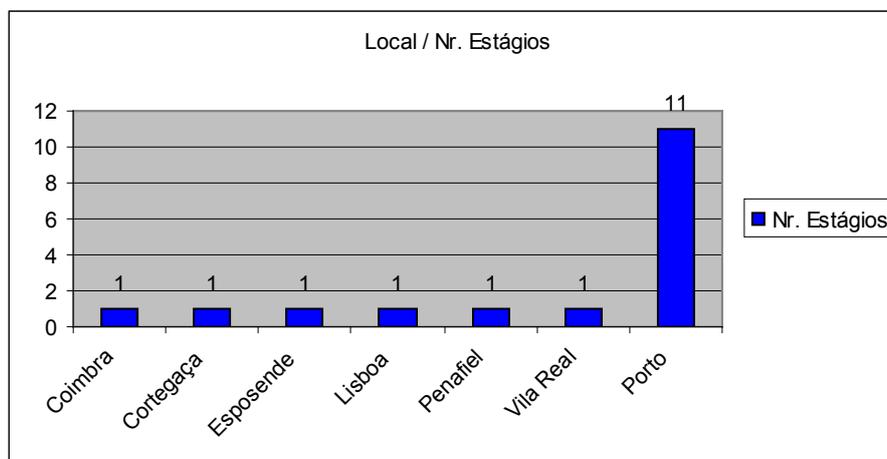


Gráfico 1 – Distribuição geográfica dos estágios

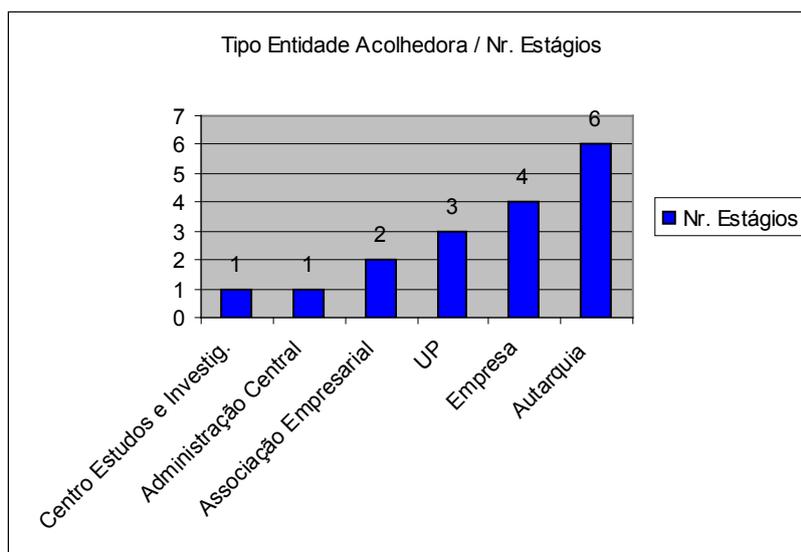


Gráfico 2 – Tipo de entidade acolhedora

Os temas de estágio propostos direccionavam-se a um perfil profissional habilitado para: realizar um estudo orgânico-funcional da organização; auditorias de informação com vista à racionalização e/ou automatização de procedimentos; mapeamento/modelação de processos (com utilização, por ex., de ferramentas como o UML); levantamento de requisitos e desenvolvimento de modelos de dados para a automatização de processos; criação de modelos normalizados quer de recolha, quer de partilha de informação na organização; criação de instrumentos de recuperação da informação; criação de bibliotecas/arquivos digitais; concepção e desenvolvimento de sites e portais; avaliação de soluções informáticas direccionadas à “gestão da informação”; criação de especificações de meta-informação com vista à preservação a longo prazo da informação criada/armazenada em ambiente electrónico, em ambientes híbridos ou em suporte analógico; aplicação dos instrumentos normativos direccionados à produção, circulação, armazenamento, descrição e recuperação de informação; apoiar a implementação de ferramentas de auto-avaliação das organizações (como a CAF no âmbito da Administração Pública); apoiar a criação do Manual de Qualidade e Manual de Procedimentos da Organização; participar na implementação de serviços de informação; criar ferramentas de apoio à tomada de decisão, entre muitas outras actividades.

Em síntese, a adopção de um modelo científico-informacional, caracterizado pela definição da informação social como objecto de estudo; o recurso à Teoria Sistémica como “ferramenta” interpretativa/explicativa do fenómeno “informação”; a aplicação de um método de investigação e a assunção do arquivo como um sistema (semi-) fechado de informação social, permitiu-nos ultrapassar as tradicionais funções atribuídas a Arquivos, Bibliotecas, e Centros de Documentação – recolher, armazenar, recuperar – e irmos mais além, mostrando o que está a montante, nas margens e sob estes procedimentos, ou seja, a estrutura organizacional e os agentes que geram, manipulam e controlam a informação, numa visão retrospectiva e prospectiva, integrada e transversal a toda a organização, indispensável à eficaz

prossecação dos seus objectivos e da sua Missão, configurando um novo enquadramento do profissional da informação, estruturador e gestor do *sistema de informação*, memória da organização e recurso estratégico de gestão.

Como referimos, a pluralidade de saberes envolvidos no modelo formativo da LCI, epistemologicamente sustentado na C.I., não poderia ficar melhor patenteado renunciando o movimento que, a nível europeu, será reforçado com o processo de Bolonha, no sentido da mudança de paradigma dos modelos formativos e da necessária ligação com a evolução do conhecimento e dos interesses individuais e colectivos.

Referências Bibliográficas

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo

- O novo paradigma da Arquivística: um estudo de caso. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS INFORMAÇÃO, 7, Porto, 2001 – *O desafio do futuro*. Porto: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 2001;
 - Gestão integrada do Sistema de Informação Municipal. *Páginas a&b: arquivos & bibliotecas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b. ISSN 0873-5670. 12 (2003) 91-109;
 - Modernização administrativa e qualidade: uma ferramenta chamada CAF. *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação*. Lisboa: BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, arquivistas e Documentalistas. ISSN 0007-9421. 2 (2004) 66-77;
- PINTO, Maria Manuela Gomes Azevedo; SILVA, Armando Malheiro da – Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações. In CONTESEI-INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGY MANAGEMENT, 2, São Paulo, 2005. S. Paulo: Universidade de S. Paulo, 2005.

RIBEIRO, Fernanda

- Archival Science and changes in the paradigm. *Archival Science: international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. 1:3 (2001) 295-310;
 - O desafio da formação profissional : novo paradigma, novo modelo formativo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS; BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1, São Paulo, 2002 – *Integrar: textos*. Org. FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 419-440
- SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 4). 174 p.

Anexo 1

LICENCIATURA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ministrada conjuntamente pelas faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto

Plano de estudos

Áreas científicas nucleares:

- Sistemas de Informação (SIST)
- Organização e Processamento de Informação (OPI)
- Serviços de Informação (SERV)

Áreas científicas complementares:

- Ciências da Administração e da Gestão (CAG)
- Ciências Sociais e Humanas (CSH)
- Informática (I)

1º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS ¹	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Informática Básica	I	3	6	Sistemas Computacionais e de Comunicação	I	3	6
Lógica	CSH	2,5	5	Técnicas de Expressão e Comunicação	CSH	3	6
História da Cultura I	CSH	4	8	História da Cultura II	CSH	4	8
Metodologia da Investigação	CSH	2,5	5	Linguística	CSH	2,5	5
Fundamentos de Gestão	CAG	3	6	Sociologia das Organizações	CSH	2,5	5

2º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Teoria e Metodologia da Ciência da Informação	SIST	4	8	Organização e Representação da Informação I	OPI	3	6
Gestão da Informação	SERV	3	6	Comportamento Informacional	SERV	2,5	5
Sistemas de Arquivo e de Biblioteca	SIST	2,5	5	Paleografia	CSH	3	6
História da Administração Pública I	CSH	2,5	5	História da Administração Pública II	CSH	2,5	5
Informação para a Internet	I	3	6	Direito Administrativo	CAG	4	8

1 Sistema europeu de unidades de crédito.

3º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Armazenamento e Recuperação da Informação I	OPI	3	6	Armazenamento e Recuperação da Informação II	OPI	3	6
Análise de Sistemas de Informação I	SIST	3	6	Análise de Sistemas de Informação II	SIST	3	6
Organização e Representação da Informação II	OPI	3	6	Gestão de Serviços de Informação	SERV	3	6
Fontes de Informação e Serviços de Referência	SERV	3	6	Sistemas de Apoio à Decisão	CAG	3	6
Opção		3	6	Opção		3	6

4º ANO

1º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS	2º Semestre	Área científica	Unidades de crédito	ECTS
Direito da Informação	CAG	4	8	Estágio		14	28
Sociedade da Informação	CSH	2,5	5	Seminário		1	2
Arquivos e Bibliotecas Digitais	SERV	3	6				
Acção Cultural e Educativa	CSH	2,5	5				
Opção		3	6				

Disciplinas de opção recomendadas:

Bases de Dados (I)
 Bibliotecas Escolares (SERV)
 Bibliotecas Públicas (SERV)
 Catalogação de Livro Antigo (OPI)
 Codicologia (CSH)
 História das Instituições Eclesiásticas (CSH)
 História do Livro (CSH)
 Inglês Técnico (CSH)
 Latim (CSH)
 Noções de Contabilidade (CAG)
 Preservação e Conservação (SERV)
 Tecnologia Multimédia (I)